

Os cidadãos como cocriadores de agendas de investigação responsáveis para um futuro sustentável

Este *policy brief*¹ foi desenvolvido pelo projeto CIMULACT e apresenta sumários de 6 dos 48 tópicos de investigação futura que resultaram dos processos de consulta do CIMULACT, bem como as respetivas recomendações políticas que foram desenvolvidos por parceiros do projeto e outros especialistas relevantes com o objetivo de tratar as visões elaboradas pelos cidadãos europeus.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de responder ao apelo para promover uma ligação mais estreita entre a investigação financiada pela UE e as necessidades da sociedade, o projeto CIMULACT embarcou numa ampla iniciativa participativa, incluindo cidadãos, especialistas, decisores políticos e outras partes interessadas de toda a Europa. Numerosas reuniões presenciais e uma consulta online de grande escala foram implementadas em 30 países europeus para desenvolver tópicos de investigação futura, baseados nas visões e desejos dos cidadãos para o futuro.

Neste *policy brief* pode encontrar sumários de 6 dos 48 tópicos de investigação desenvolvidos no CIMULACT. Os exemplos aqui descritos visam demonstrar a relevância do envolvimento dos cidadãos na definição da agenda de investigação quanto aos diferentes Desafios Societais (DS) – não refletem a priorização dos tópicos pelos atores envolvidos nas diferentes fases do projeto. **Para ver todos os tópicos de investigação e a sua avaliação, visite o website do projeto em www.cimulact.eu.**



ORIENTAÇÕES PARA A INVESTIGAÇÃO FUTURA BASEADAS NOS CONTRIBUTOS DOS CIDADÃOS E RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS

“Estou capacitado para gerir as minhas mudanças”

DS1 - Saúde, Alterações Demográficas e Bem-Estar

“A educação não é baseada na idade nem dependente dos resultados (...). O acesso a estes recursos é ilimitado ao longo da vida de uma pessoa (...). Todas as pessoas têm o direito de ser educadas de modo a que lhes seja possível alcançar o seu potencial máximo.”

Visão dos cidadãos (UK)

Ambientes de vida e de trabalho que rapidamente se alteram levam a uma crescente incerteza e há uma transferência dos riscos e responsabilidades do Estado e do empregador para os indivíduos (vulneráveis). Os percursos de vida-trabalho-educação atuais não respondem à necessidade de adquirir novas competências e conhecimentos para se ter uma vida realizada. Os cidadãos precisam de aptidões técnicas, sociais, individuais e uma mentalidade empreendedora para se manterem competitivos no mercado de trabalho e para serem capazes de se adaptarem a um ambiente em mudança.

→ São necessários novos mecanismos para apoiar os indivíduos a lidarem com os desafios postos pela globalização e pelo desenvolvimento de novas tecnologias. Transferir os riscos e responsabilidades para os indivíduos pode acentuar este problema. As estruturas existentes (Estado, empresas, famílias, etc.) não garantem cidadãos preparados para enfrentar estes novos desafios. **Pode ser relevante considerar as comunidades** como uma forma de reconhecer e responder às necessidades dos indivíduos para que não sejam deixados para trás.

¹ O *policy brief* consiste numa exposição clara e concisa sobre um determinado assunto, a abordagem atual ao mesmo e recomendações sobre alternativas políticas. Os *policy briefs* são concebidos com o objetivo de contribuir para o debate político (CEPS – Centre for European Policy Studies/ Centro de Estudos de Política Europeia - www.ceps.eu/system/files/article/2010/12/Guide%20to%20writing%20CEPS%20Policy%20Brief.pdf).

→ São necessárias **soluções orientadas para a adaptação da geração mais idosa** a um ambiente em rápida mudança.

“Alimentação de boa qualidade para todos”

DS2 - Segurança Alimentar, Agricultura e Silvicultura Sustentável, Investigação Marinha e Marítima e Águas Interiores e a Bioeconomia

“A nutrição é regida por leis que a tornam orgânica, sustentável e acessível a todos.”

Visão dos cidadãos (IT)

Alimentos de boa qualidade e saudáveis não se encontram igualmente acessíveis para todos. Fatores socioeconómicos, preços, educação, cultura e localização podem limitar o acesso a bons alimentos e a hábitos alimentares associados. O acesso desigual aos alimentos tem um forte impacto local e global tanto nas áreas urbanas como rurais. O agravamento desta situação é esperado perante um clima que se tem vindo a alterar. Esta desigualdade tem vindo a desafiar a saúde pública e a coesão social e económica. A pobreza alimentar e o desperdício de alimentos são também desafios prementes na UE. Os consumidores geralmente recebem informações contraditórias sobre dietas saudáveis e o valor nutricional.

→ É necessário desenvolver um **enquadramento legal a nível europeu** que encoraje a redistribuição/doação de alimentos, previna a perda de alimentos, evite o desperdício alimentar e permita que os menos privilegiados tenham um maior acesso aos alimentos. A **análise comparativa entre os Estados-Membros da UE** e a investigação contribuiriam para a criação deste enquadramento legal, que deveria ser cocriado com as partes interessadas (incluindo os cidadãos).

→ **As parcerias público-privadas** que visem a melhoria do acesso aos alimentos devem ser facilitadas e os modelos de negócio desenvolvidos, com base na "abordagem de quádrupla hélice" (cidadãos, governos, educação, indústria).

→ É importante dar aos produtos alimentares saudáveis e sustentáveis uma maior **visibilidade nos pontos de venda**.

→ **A rotulagem de alimentos de qualidade** com informações claras e compreensíveis sobre o seu valor nutricional, sustentabilidade e proveniência deve existir em toda a Europa.

→ **As políticas urbanas, os novos projetos de cidade e os edifícios que proporcionam mais espaço** (telhados, varandas, pátios, caves, etc.) **para práticas relacionadas**

com alimentação, incluindo espaços de confeção e refeição comunitários, agricultura urbana e vertical, devem ser ampliados e abordados de forma mais integrada e sistémica, à escala urbana. Os **casos de estudo** devem ser cuidadosamente analisados e avaliados. Programas da UE como o URBACT (Redes de Cidades) podem atuar como catalisadores e casos de estudo.

“Governança energética inteligente”

DS3 - Energia Segura, Não Poluente e Eficiente

“Periferias – pensamento e vida ecológica: consciência ambiental através da educação para um estilo de vida “verde” e fontes de energia renováveis.”

Visão dos cidadãos (GR)

Para que os sistemas de energia do futuro sejam inteligentes devem satisfazer uma ampla gama de critérios de qualidade, inclusive fazer uso das TIC e da "computação ubíqua", mas também compor um leque de energias acertado, com base em fontes renováveis sustentáveis, fazendo um uso inteligente das opções de armazenamento e aproveitando as infraestruturas existentes. Para além disso, os sistemas de energia inteligentes precisam: i) ser atrativos para os consumidores e os produtores-consumidores, não exigindo conhecimentos de sistemas de energia muito elevados para que haja participação; ii) ser social e economicamente justos e equitativos; iii) contrariar a pobreza energética e envolver estruturas de propriedade que motivem os cidadãos a contribuir e a aceitar a transição do sistema de energia. Estes requisitos não se enquadram necessariamente bem nos sistemas nacionais de energia existentes.

→ O desenvolvimento geral dos sistemas de energia inteligentes, caracterizado por um aumento da produção de energia em pequena escala, gerando um novo leque energético diversificado e sustentável, deve constituir uma parte importante da **política energética da UE**. A adoção bem-sucedida de tais sistemas é um pré-requisito para o sucesso de uma União Energética Europeia que contribua para uma energia segura, acessível e respeitadora do clima.

→ Recomenda-se que sejam tomadas medidas para estabelecer uma governança energética transparente, participativa e multidisciplinar, que permita a integração **a vários níveis dos interesses das partes interessadas**, bem como um tratamento justo e inclusivo dos atores envolvidos.

→ Também deve ser dada atenção aos **aspetos de segurança, tratamento de dados e privacidade** num panorama “Big Data” (grandes volumes de dados) para garantir a confiança entre os utilizadores finais.

“Soluções de transporte sustentável que nos permitem viver onde escolhemos”

DS4 - Transportes Inteligentes, Ecológicos e Integrados

“Cada centro está tão integrado quanto possível com o contexto urbano, o que significa que é facilmente acessado por transportes públicos, é rodeado por uma área verde com ciclovias e tem impacto nulo sobre o ambiente.”

Visão dos cidadãos (IT)

É preciso repensar a organização da sociedade em comunidades mais descentralizadas que podem produzir e consumir localmente e que tenham o apoio de soluções de transporte mais flexíveis, inovadoras e sustentáveis.

Outro desafio é descobrir quais são as novas infraestruturas, bem como as ferramentas virtuais e os modelos de negócios inovadores na área dos transportes, que podem tornar as comunidades locais mais atrativas para viver. Visando um estilo de vida sustentável, a qualidade de vida deve ser melhorada, promovendo-se a vida descentralizada.

O principal desafio é a definição do melhor equilíbrio entre a conectividade e a autossustentabilidade das comunidades locais, tendo em conta os requisitos para a sustentabilidade dos transportes.

→ **Os decisores políticos** (incluindo as autoridades regionais) devem promover o **desenvolvimento das economias locais** e facilitar a vida e o trabalho em ambientes locais, incluindo as zonas rurais. Isto exigirá a construção de sistemas de transporte sustentáveis, acessíveis, económicos e eficazes a nível local. Devem ser desenvolvidas boas ligações com os núcleos centrais.

→ **Investigação sobre questões relacionadas com a vida descentralizada** deve ser conduzida por equipas interdisciplinares. Considerando a crescente complexidade das questões, tópicos e âmbito de investigação, isto deve ser explicitamente exigido nos convites à apresentação de propostas de investigação.

“Tornar as áreas urbanas densas e em crescimento mais sustentáveis e habitáveis”

DS5 - Ação Climática, Ambiente, Eficiência de Recursos e Matérias-Primas

“Boas soluções coletivas, uma forma versátil de pensar e a elevada densidade populacional contribuirão para um menor encargo ambiental agregado e um maior bem-estar.”

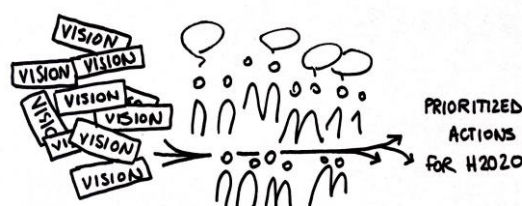
Visão dos cidadãos (NOR)

As cidades em crescimento e de elevada densidade – com mais serviços culturais, melhores cuidados de saúde e mais possibilidades de educação – devem tornar-se mais agradáveis para todos. Tal pode acontecer através de diferentes ações implementadas não só dentro da cidade, mas também em toda a Área Urbana Funcional, tais como: criar grandes parques em áreas urbanas negligenciadas; integrar mais vegetação no desenho dos edifícios e da interface entre espaços públicos e privados; renovar a habitação pública e privada e incentivar externalidades positivas referentes ao ambiente; criar zonas de tráfego limitado e promover a mobilidade ciclável.

→ A **Comissão Europeia** deveria considerar a acessibilidade, também a nível financeiro, dos espaços verdes como uma **prioridade** mais relevante e **mais explícita** nos Fundos Estruturais da UE para o período 2021-2028.

→ Ao comunicar informações que visem a mudança de comportamento do consumidor, os **efeitos psicológicos e sociais** precisam de ser estudados, para além dos fatores económicos dominantes.

→ A UE deveria considerar as **responsabilidades e os recursos dos diferentes atores**, respondendo assim à mudança do paradigma de pensar nos consumidores e cidadãos como atores racionais para integrar fatores emocionais e afetivos que influenciam o mercado e o comportamento do consumidor.





“Aprendizagem para a sociedade”

DS6 - Europa num Mundo em Mudança – Sociedades Inclusivas, Inovadoras e Pensadoras

“As pessoas/cidadãos terão mais voz e peso na tomada de decisões.”

Visão dos cidadãos (PT)

A formulação de políticas bem fundamentadas geralmente envolve explorar conhecimento e evidências de diversas fontes. O sistema educativo atual não promove o pensamento crítico e analítico que permite que os cidadãos compreendam tais evidências para efeitos de formulação de políticas. É preciso que os cidadãos sejam capacitados relativamente ao acesso e consulta de dados e evidências, ao mesmo tempo que tecem as suas próprias apreciações. É também necessário reforçar a confiança dos cidadãos nas ciências, instituições e políticas destinadas a servir a comunidade.

→ Os representantes do **Parlamento Europeu** devem ser incluídos na definição do **âmbito da investigação referente à "construção de comunidades baseadas em dados concretos"**. São necessárias consultas e grupos de trabalho intergovernamentais ou inter-DG sobre políticas fundamentadas.

→ É importante **investir e promover investigação sobre a construção de comunidades**, baseada: i) numa abordagem interdisciplinar e multisectorial; ii) em novos modelos de recolha e avaliação de evidências; iii) no envolvimento dos cidadãos para uma compreensão real das suas necessidades, interesses e desejos.

O CIMULACT, EM SUMA

O CIMULACT – acrónimo de ‘Citizen and Multi-Actor Consultation on Horizon 2020’ (o programa-quadro de Investigação e de Inovação da União Europeia) – envolve cidadãos por toda a Europa, juntamente com uma variedade de outros atores na definição de um futuro sustentável desejável. Num amplo e intenso processo participativo, o projeto fornece uma contribuição única para as políticas e tópicos de investigação e de inovação europeias, cria diálogo e compreensão partilhada entre os atores e desenvolve fortes competências no envolvimento dos cidadãos e, assim, melhora a Investigação e Inovação Responsáveis na União Europeia.

O CIMULACT é um projeto de três anos financiado pela Comissão Europeia, com início em Junho de 2015.

Para mais informações sobre o projeto, por favor visite os websites: www.uc-mediation.eu ou www.cimulact.eu.

Ou contacte-nos através da nossa página no Facebook www.facebook.com/cimulactportugal ou por email cimulact.portugal@gmail.com.

O CIMULACT na 3ª Conferência Europeia de Avaliação de Tecnologia em Cork, Irlanda (17-19 Maio, 2017)

Especialistas e decisores políticos discutiram o projeto e o seu contributo para a cocriação de agendas de investigação responsáveis quanto aos resultados do projeto e à sua aplicabilidade na elaboração de políticas.

PARCEIROS DO PROJETO

The Danish Board of Technology Foundation (Dinamarca) – Coordenador do projeto
Applied Research and Communications Fund (Bulgária)
Association for Science and Discovery Centres (Reino Unido)
Atlantis Consulting S.A. (Grécia)
Austrian Academy of Sciences - Institute of Technology Assessment (Áustria)
Baltic Consulting (Letónia e Estónia)
Fraunhofer Institute for Systems and Innovation Research (Alemanha)
Green Dependent Institute Nonprofit Ltd. (Hungria)
Asociatia Institutul de Prospectiva (Roménia)
Knowledge Economy Forum (Lituânia)
Mediatedomain Lda. (Portugal)
Missions Publiques (França)
University of Helsinki, Faculty of Social Sciences (Finlândia)
Norwegian Board of Technology (Noruega)
ODRAZ - Odrzivi Razvoj Zajednice (Croácia)
Politecnico di Milano, Design Department (Itália)
Research Institute (Holanda)
RTD Talos Ltd. (Chipre)
Slovak Academy of Sciences (Eslováquia)
Slovenian Business & Research Association (Eslovénia)
Strategic Design Scenarios (Bélgica)
Swedish Geotechnical Institute (Suécia)
Swiss Centre for Technology Assessment (Suíça)
Technology Centre of the Academy of Sciences (República Checa)
The Catalan Foundation for Research and Innovation (Espanha)
The Institute for Sustainable Technologies - National Research Institute (Polónia)
University College Cork (Irlanda)
University of Malta (Malta)
4Motion (Luxemburgo)

